



Morrer no hospital: os defuntos do hospital de S. Marcos de Braga (século XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo*

Introdução

A morte constituía um momento doloroso para os que a esperavam e sabiam que não demoraria. Quando havia tempo para a preparar, realizava-se o testamento e instituíam-se últimas vontades, pensando-se sempre na salvação da alma. Esta só seria possível com a intervenção dos vivos e entidades celestiais, a quem se rogava intercessão e proteção junto de Deus. Pedia-se à Virgem Maria, mas também a outros santos da sua devoção e a toda a corte celestial, para que de forma sincronizada e com a ajuda dos vivos a alma fosse protegida e salva das penas do Inferno (VOVELLE, 1987: 149).

Acreditava-se que os defuntos necessitavam de orações, de obras de caridade e de serem permanentemente recordados através de missas, resposos e ladainhas. Se a construção do Purgatório tinha por finalidade colocar a alma num local de onde podia ser retirada com a ajuda dos sufrágios dos vivos, não fazia sentido que os sufrágios fossem perpétuos, continuando a ser celebrados depois da alma ter sido removida para o Céu (CROIX, 1984: 72). Todavia, durante toda a Idade Moderna assistiu-se à instituição de sufrágios perpétuos.

O investimento feito na morte é reflexo das privações que se tinham em vida, do sentimento de insegurança causado não apenas pelas epidemias, mas também pelas fomes, muitas vezes presentes no quotidiano das populações mais desfavorecidas (DELUMEAU, 1978: 149-162) e ainda pelo medo. A crença depositada na salvação reforçava a necessidade de intervenção dos vivos e dos muitos sufrágios que estes se encarregavam de mandar celebrar e de assistir pelos defuntos. Estas eram também formas de manter entre os vivos a “esperança na ressurreição” (ARAÚJO, 1989:141).

Nos séculos XVII e XVIII, a morte ganhou maior expressão com o exagero barroco, assistindo-se a cerimónias grandiosas e pomposas, em consonância, aliás, com a representação local de quem as protagonizava.

Os enterros dos pobres nunca alcançaram a grandeza dos outros funerais, todavia, as Misericórdias conferiam-lhes a devida atenção.

A assistência espiritual aos doentes no hospital de S. Marcos

Os doentes do hospital moderno recebiam assistência material e espiritual. O acompanhamento espiritual era realizado pelo capelão do hospital, que os confessava e sacramentava, ajudando-os ainda a bem morrer. No hospital de S. Marcos de Braga, este sacerdote residia no hospital para mais facilmente atender os doentes de dia e de noite, havendo uma passagem direta, que facilitava a ligação entre o hospital e a igreja de S.



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

Marcos, proporcionado ao capelão levar o viático aos doentes sem ter de sair do edifício. Todavia, essa passagem só foi estabelecida em finais do século XVIII com a construção da nova igreja. Até então a igreja existente não facilitava essa comunicação, mas existia um sacrário num altar do claustro.

O hospital de S. Marcos é uma instituição quinhentista, erigida pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), em 1508. Depois de o munir com um regulamento, o prelado colocou-o sob a alçada da Câmara, que o administrou até 1559. Nesta última data passou por ordem do arcebispo D. frei Bartolomeu dos Mártires (1558-1582) para a Misericórdia da cidade que o dirigiu até 1974, tendo nesse ano sido intervencionado pelo estado.

Os hospitais da Idade Moderna eram instituições para pobres, os quais recebiam assistência espiritual e corporal gratuitamente. Podiam também receber pessoas de outra condição, em enfermarias que lhes estavam especialmente destinadas, mas tinham que pagar o tratamento recebido.

O regulamento de 1508 de S. Marcos já determinava a existência de um capelão que habitava no hospital em regime de internato para melhor cuidar dos doentes e dos peregrinos que se albergavam em instalações separadas das enfermarias. Este religioso estava obrigado a celebrar quizenalmente aos domingos no hospital¹, sacramentar os doentes e peregrinos e enterrar os que falecessem. Posteriormente, como se verá, este calendário de celebrações será alterado.

Todos os que morressem no hospital eram socorridos com uma missa cantada, com um “offício de finados”, celebrada pelo capelão e mais religiosos existentes em S. Marcos (PAIVA, 2004: 41-42).

Para a celebração destas missas, o hospital dispunha de altares nas enfermarias e nos corredores. À medida que a instituição foi sendo remodelada e se acrescentaram novos espaços para a cura, surgiram também mais locais de culto dentro do hospital e mais capelães.

O internamento hospitalar para curar os males do corpo era uma obra de misericórdia dedicada a todos, mas em especial aos pobres. Por isso, em Braga, a Santa Casa procurou sempre dar-lhe particular atenção. Em 1586 determinou que estes enterros fossem acompanhados por cinco ou seis clérigos irmãos, por ser frequente não terem nenhum. Em contrapartida, os que participassem ficavam isentos de contribuírem para o peditório da tumba e bandeira que estava em curso², todavia, o aliciamento não deu resultado. Estes enterros continuaram a não ser acompanhados pelos sacerdotes referidos e em 1633 a Mesa decidiu repreender e ameaçar dois capelães da Casa remissos a esta função com uma multa de um vintém por cada falta³. A instituição procurava manter uma cerimónia digna, não permitindo ausências, nem desleixo, embora nem sempre tenha alcançado sucesso.

¹ Competia-lhe ainda celebrar outras missas instituídas nas confrarias que o arcebispo D. Diogo de Sousa extinguiu, incorporando os seus bens no hospital.

² Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1558-1596*, nº 3, fl. 37v.

³ ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1632-1645*, nº 5, fl. 36v.



*Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas*

ISBN 978-85-65957-03-8

A assistência espiritual do hospital de S. Marcos estava a cargo de um capelão mor e de mais quatro capelães, estando estes últimos obrigados a rezar no coro da igreja do mesmo hospital.

Na Misericórdia de Braga estes assalariados eram escolhidos segundo critérios: tinham de ser cristãos velhos, não ser negros nem mulatos, ser virtuosos, com reputação, não ter “outra nação vil”, ter competência e 30 ou mais anos. Admitia-se, no entanto, casos excepcionais de idade inferior. Deviam ainda reunir condições na área do canto e serem destros em “canto de órgão”. Sem esta última condição não eram aceites, pois a seleção era precedida de um exame de canto.

O capelão mor devia ser um sacerdote com autoridade, prudente, competente e virtuoso, a quem os restantes religiosos deviam reconhecer autoridade e obedecer. Este religioso assumia também o cargo de mestre-de-cerimónias, competindo-lhe gerir todos os aspetos relativos à sacristia e igreja (FREITAS, 1995: 379-411).

Importante para a captação de religiosos para este serviço era o preço das missas. Em 1736 enquanto as celebradas na igreja do hospital eram pagas a 80 réis, as ditas nos altares dos corredores das enfermarias pagavam-se a tostão (ARAÚJO, 2013: 527). No claustro do hospital existia também a capela de São João de Deus onde os capelães do coro rezavam e celebravam. Em 1776 o arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789) autorizou o capelão do hospital a benzê-la, para nela poder ser colocado o Santíssimo Sacramento e celebrar missa⁴. A partir deste momento, o hospital passou a ter internamente um sacrário, auxiliando os religiosos na distribuição do viático aos enfermos.

Para as celebrações, a instituição dispunha não apenas de altares, mas também de alfaias religiosas necessárias ao culto.

Os bens existentes da capela das enfermarias evidenciam o cuidado posto pela instituição neste setor e a possibilidade dos doentes poderem rezar, sendo-lhe disponibilizadas imagens de santos.

A partir de 1756 com o legado do reverendo Vicente Duarte, o capelão mor passou a celebrar missa diária no hospital e ajudar a bem morrer os internados em S. Marcos. Nesse ano, pretendeu aumentar o legado de tostão que tinha constituído para o hospital, destinado ao pagamento do sacerdote para que assistisse os moribundos, acrescentando-lhe mais 200 réis⁵. Instituiu também uma missa celebrada no dia do falecimento ou no seguinte, pela alma de cada doente falecido no hospital, a qual seria celebrada num dos altares das enfermarias, num local onde mais enfermos pudessem assistir. No fim da missa seria rezado um responso. Na eventualidade de falecer mais do que um doente por dia, a celebração da missa seria pela alma do que primeiro tivesse morrido e no dia seguinte seria celebrada a do outro falecido. O mesmo se faria quanto à oração do responso. Porém, nos dias em que não houvesse registo de óbitos, a missa seria celebrada pelas almas do Purgatório, preferindo a sua e a dos seus familiares. O capelão celebrante assistiria igualmente os moribundos com orações e absolvições, ajudando-o a bem

⁴ ADB, *Registo Geral*, Livro nº 150, fls. 244v.- 245.

⁵ ADB, Fundo da Provedoria, Doc. nº 1583, fl. 3v.



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

morrer⁶. Este capelão devia ser seu familiar. Ao deixar este benefício a um homem seu parente, Vicente Duarte estava a assegurar-lhe um meio de vida, como, aliás, outros benfeitores determinaram.

Morrer no hospital era evidentemente diferente de perecer em casa. Longe dos afetos da família e das orações que parentes e amigos faziam neste momento difícil, os doentes sentiam-se aconchegados pelos prestadores de cuidados de saúde, mas principalmente pelo capelão que os preparava para a morte. Orações, sacramento e palavras que se destinavam a apaziguar o espírito e levá-lo a arrepender-se dos erros cometidos em vida eram essenciais para preparar a morte. As constituições diocesanas de Braga determinavam a ação dos religiosos nestes momentos, aconselhando uma atitude ativa na preparação para a morte. Os doentes deviam estar sacramentados e ungidos com a santa unção quando a morte chegasse. Os padres que tinham esta responsabilidade podiam ser punidos pela Igreja se não acudissem espiritualmente aos seus fregueses moribundos. Tomar os sacramentos era preparar a partida e ter uma boa morte. Era por esta razão que se mencionava nos registos de óbito o estado espiritual em que a pessoa tinha morrido. Se não tinha tomado os sacramentos, justificava-se a razão, normalmente com a falta de juízo, com a incapacidade de falar ou com uma morte súbita (CONSTITUIÇÕES, 1697: 93)⁷.

Era, por conseguinte, na presença do sacerdote que os moribundos se despediam da vida terrena, ajudados espiritualmente a aceitar os destinos da vida. A morte no hospital apesar de acompanhada pelo capelão, distanciava-se do que acontecia em casa. Se esta realidade estava presente nos grupos sociais mais elevados, o mesmo já não sucedia nos mais pobres (PERROT, 2012: 271-272).

A análise efetuada aos defuntos do hospital diz respeito a 7243 casos. A variedade dos registos conhecidos não permite estudar alguns aspetos que consideramos importantes, como as doenças, sendo apenas possível contar com essa informação para alguns anos. A mesma situação é verificada quanto à residência, à profissão e à duração do internamento. Estamos também impossibilitados de conhecer as taxas de mortalidade no hospital, por não existirem livros de registo de entrada para o período em análise, todavia, os estudos existentes para a Idade Moderna demonstram a existência de baixas taxas de mortalidade nestas instituições (LOPES, 2010: 169).

Já quanto aos sacramentos e ao local de enterramento as informações abundam. Todos os registos fazem menção a estes dados, possibilitando conhecer os sacramentos que cada um levava, onde foi enterrado e o acompanhamento e serviços religiosos que

⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Braga (doravante ASCMB), *1º Livro do legado de Vicente Duarte*, fls. 1-1v.

⁷ Em alguns casos foi mencionado que certos doentes chegaram moribundos ao Hospital não sendo possível ministrar-lhes os sacramentos, mas traziam já alguns “socorros espirituais”. Esta situação aligeirava responsabilidades do capelão, ao mesmo tempo que ao ser invocava demonstrava que a morte tinha sido preparada. As condições em que se devia ministrar a santa-unção estavam consignadas nas Constituições Sinodais e deviam ser respeitadas pelos sacerdotes.



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

teve. Mesmo aos mais pobres, o hospital fazia questão de os enterrar com dignidade e alguma pompa⁸.

A oscilação das mortes parece ser a conclusão mais imediata, mas devemos ter em conta dois dados fundamentais: em primeiro lugar o crescimento do hospital e a sua capacidade para receber mais enfermos a partir da década de 20 do século XVIII, depois a enchente registada em finais desta centúria. São conhecidas alguns anos de fortes epidemias na cidade. Em 1795 e nos anos seguintes fruto de uma epidemia que assolou Braga, registou-se um aumento do número de mortos (ABREU, 1997: 164-165). Os últimos anos desta década e os primeiros de Oitocentos foram também marcados por epidemias e forte procura dos hospitais (LOPES, 2000: 171).

Por vezes, os registos de óbito trazem retalhos de vida impossíveis de conhecer de outra forma. Sobre um soldado que chegou ao hospital em 1704, ferido e por não poder andar, foi dito ter sido transportado num carro desde a freguesia de São Vicente. Este militar vinha de Almeida e ia para a sua terra (MONTEIRO, 2000: 302-303). Era de mediana estatura, magro, barba negra e "mostrava ser pobre". Quando chegou já não falava. Foi-lhe ministrado o sacramento da santa unção, sepultado no adro do hospital e mandado celebrar um ofício⁹. Quando não conseguiam chegar pelos seus próprios meios, os doentes podiam vir na cadeirinha do hospital ou em carros¹⁰.

Controlar os sacramentos era uma das missões do capelão, devendo atuar com rigor neste particular. A igreja pós-tridentina tinha na confissão um dos mecanismos de controlo dos fiéis, servindo como meio de persuasão para interiorizar normas e procedimentos (PALOMO, 2006: 83-84).

A utilização de carros de madeira para mobilidade era prática de muitos deficientes. Estes casos eram descritos como andando de carro pela cidade a pedir esmola. Mesmo os que não necessitavam destes meios de locomoção no seu dia-a-dia, podiam precisar deles quando estavam doentes. Porém, a forma como cada um chegava ao hospital estava relacionada com as circunstâncias do momento¹¹.

Apesar da grande maioria dos mortos do hospital ser pobre durante o período em estudo, em 1768 Manuel Francisco fez testamento vocal em que dispôs o seguinte:

"[...] para bem da sua alma disse que tinha na mão de Antonio Gomes, da freguesia de S. Miguel de Foroços 13600 réis e que destes dispunha primeiramente que queria ser enterrado na igreja e que se pagase hospital dos dias da sua cura e que se dese ao enfermeiro hum coarto de ouro por bom tratamento que lhe fez e todo o mais que

⁸ Manuel da Costa, "aleijado que andava em hum carro a pedir por esta cidade" e morreu em 1710 com chagas nas pernas. Foi enterrado no adro do hospital de S. Marcos, sendo acompanhado pelos padres capelães que celebraram um ofício por sua alma. ASCMB, *Livro dos defuntos 1703-1731*, fl. 56v.

⁹ ASCMB, *Livro dos Defuntos 1703-1731*, fl. 22.

¹⁰ ASCMB, *Livro dos defuntos 1703-1731*, fl. 43.

¹¹ Catarina, mulher casada com um soldado, apareceu em 1780 à porta do hospital nos braços de um homem, que provavelmente a socorreu.



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

sobrase lhe ficase o padre capelão para bem da sua alma em missas na igreja deste hospital"¹².

Foi sepultado na igreja do hospital. Este doente, tinha alguns bens que dispôs na hora da morte, gratificando o enfermeiro pelos cuidados recebidos.

No ano seguinte, também através de testamento vocal Jacinta, mulher solteira, ordenou a venda de umas propriedades e a utilização do seu produto em missas pela sua alma¹³.

Quando tinham alguns bens, os doentes procediam à sua distribuição como desejavam servindo-se da oralidade ou da escrita para anunciar as suas últimas vontades.

A maioria dos mortos do hospital de S. Marcos ao longo de quase todo o século XVIII era de homens, embora a percentagem das mulheres fosse muito elevada.

A maioria dos defuntos do hospital era formada por homens solteiros, seguida dos casados e, por fim, dos viúvos. Entre os solteiros destacam-se os criados, gente que tinha vindo das freguesias vizinhas da cidade, trabalhar em casa de pessoas mais ou menos abonadas. Alguns escravos solteiros morreram também no hospital. Estes casos, apesar de serem enterrados pela instituição, eram obrigados a pagar o seu funeral, assumido sempre pelo seu amo.

Em 1772 a Mesa recebeu um legado para celebrar uma missa anual no dia de São João Batista, outra semanal, celebrada todas as segundas feiras, e para pedir uma bula para cada doente que falecesse no hospital. Tratando-se de uma quantia de 800.000 réis, o órgão diretivo pediu dispensa ao monarca da lei de nove de setembro de 1769, porquanto a benfeitora desejava doar mais 6.000 cruzados à Misericórdia¹⁴. O recurso ao monarca acontecia sempre que era necessário ultrapassar uma situação de difícil gestão interna ou causada por constrangimentos exteriores.

O pedido de bulas para os doentes que morriam nos hospitais ocorreu em várias destas instituições e procurava proporcionar-lhes uma partida mais descansada.

Com o crescimento do hospital foi necessário também aumentar os espaços de enterramento. Na igreja de S. Marcos eram enterrados os que tinham alguns bens e podiam pagar a sepultura, enquanto todos os restantes tinham a sua última morada no claustro ou no cemitério do hospital.

Os que faleciam no hospital tinham desde 1635 um cemitério que foi construído num terreno que estava sob administração do capelão mor desta instituição. Para estabelecer regras de sepultamento no claustro, em 1725, a Mesa da Santa Casa determinou que nesse local não fosse sepultada pessoa alguma sem sua autorização e a entrega de um montante em numerário, por si estabelecido. Esta diretiva procurava travar um costume que se vinha instalando de enterrar aí pessoas gratuitamente.

Porém, quando estes espaços não eram suficientes ou a família do defunto desejava outro local de sepultura, os defuntos eram sepultados em diferentes locais. Em finais do

¹² ASCMB, *Livro dos defuntos, 1765- 1770*, nº 5, fl. 38v.-39.

¹³ ASCMB, *Livro dos defuntos, 1765- 1770*, nº 5, fl. 43v.-44.

¹⁴ ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1776-1780*, nº 18, fls. 45-45v.



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

século XVIII quando a mortalidade de S. Marcos se intensificou foram vários os falecidos que tiveram a sua última morada em diferentes igrejas da cidade, precisamente no templo da sua freguesia e residência.

Para proceder ao enterramento dos que morriam, o hospital dispunha de móveis próprios e adequados¹⁵, enquanto a Misericórdia dispunha também de esquifes para os funerais dos irmãos e de outros que desejassem, fazendo o enterro destes últimos mediante pagamento.

Considerações finais

Embora sem o aconchego da família, a morte no hospital era acompanhada por sacerdotes, pagos para proporcionarem assistência espiritual aos doentes e enterrar os defuntos. O hospital de S. Marcos de Braga dispôs desde o início de um corpo de sacerdotes que assistiam na vida e na morte todos os que o procurassem, quer fossem doentes, quer fossem peregrinos.

A presença do sacerdote no leito da morte era fundamental para ajudar a bem morrer, todavia, mais do que nesse momento, os capelães de S. Marcos celebravam nas enfermarias, nos altares dos corredores, sacramentavam e acompanhavam até à sepultura. A agregação de esforços num momento tão importante como era o da morte era considerada fundamental para alcançar a salvação. Por isso, a Misericórdia cuidava particularmente para que os doentes do hospital fossem amparados em termos espirituais, proporcionado-lhes uma boa morte, bem como sufrágios que contribuíssem para a redenção dos seus pecados.

Referências bibliográficas

ABREU José Paulo- *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: Um reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; faculdade de Teologia de Braga; cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina - “Morte, memória e piedade barroca”. In *Revista de História das Ideias*. vol. 11, 1989.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in CAPELA, José Viriato, ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga. 2013, pp. 447-533.

¹⁵ Em 1741 tinha dois esquifes destinados ao transporte de defuntos pobres.



*Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas*

ISBN 978-85-65957-03-8

CONSTITUIÇÕES *Sinodais do arcebispado de Braga ordenadas pello Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga.* Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, 1697.

CROIX, Alain - Fanch, Rondaut, *Les Bretons, la Morte et Dieu, de 16'' à nos jours.* Paris: Messidor, 1984.

DELUMEAU, Jean - *La peur en Occident XVe-XVIIIe siècles.* Paris: Fayard, 1978.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto.* Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.

LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850).* vol. I. Viseu: Palimage Editores, 2000.

LOPES, Maria Antónia - *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna.* Coimbra: Imprensa Universitária, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "A guerra da Sucessão de Espanha", in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum.* vol. 3. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

PALOMO, Federico - *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1750.* Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

PERROT, Michelle - *História dos Quartos.* Lisboa: Teodolito, 2012.

VOVELLE, Michel - *Piété baroque et déchristianisation en Provence au 18 siècle.* Paris: Édition Abregée, 1987.